



O TEMPO E A LINGUAGEM FENOMENOLÓGICA DE WITTGENSTEIN

Vitor Sommavilla de Souza Barros

Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais
vitorsommavilla@gmail.com

Resumo: Primeiramente, pretende-se analisar as razões que levaram Wittgenstein a reformar as teses presentes no *Tractatus* e adotar uma linguagem fenomenológica. Para tanto, será preciso mostrar quais são as insuficiências do modelo do *Tractatus*, destacando a necessidade e as alterações decorrentes da adoção de um projeto distinto de filosofia. Com isso, destacam-se também alguns elementos de continuidade, fazendo da linguagem fenomenológica um ajuste, antes que um abandono completo da conceitografia tractariana. Em seguida, apresenta-se sumariamente o modo de funcionamento da linguagem fenomenológica. Por fim, discute-se o papel desempenhado pelo tempo na linguagem fenomenológica, sublinhando sua centralidade, a fim de, posteriormente, aquilatar a tese segundo a qual a *impossibilidade* de abordar adequadamente o fenômeno do tempo seria a razão mesma que levou Wittgenstein a descartar o projeto de uma linguagem fenomenológica, substituindo-a por uma gramática.

Palavras-chave: Tempo. Linguagem Fenomenológica. Wittgenstein. Período Intermediário.

TIME AND WITTGENSTEIN'S PHENOMENOLOGICAL LANGUAGE

Abstract: *Firstly, the reasons why Wittgenstein reformulated his Tractarian thesis and adopted a phenomenological language will be assessed. Therefore, it will be necessary to expose the insufficiencies of the Tractarian model, highlighting the need for and the nature of the changes Wittgenstein's philosophy had to undergo, while adopting the project of a phenomenological language. Some elements of continuity are simultaneously pointed out, so that the phenomenological language stands out as an adjustment, rather than as a complete rejection of the Tractatus' logical formalism. Then, the functioning of the phenomenological language will be briefly explained. Towards the end of the text, the role played by time in the phenomenological language is discussed and its centrality is highlighted, in order to assess the hypothesis that the impossibility of accurately coping with the phenomenon of time is the reason why Wittgenstein eventually rejected the project of a phenomenological language, replacing it for grammar.*

Keywords: *Time. Phenomenological Language. Wittgenstein. Intermediate Period.*

* * *

Introdução

Quando retornou à atividade filosófica no ano de 1929, em Cambridge, Wittgenstein apresentou algumas alterações em seu modelo filosófico do *Tractatus Logico-Philosophicus*. Provavelmente a mais significativa dessas mudanças foi a

adoção de uma linguagem fenomenológica através da qual ele almejava solucionar certos problemas encontrados na conceitografia tractariana. Como se apresentará adiante, algumas características do modelo tractariano impediam a adequada abordagem de determinados fenômenos, tornando urgente, assim, uma reforma (embora não necessariamente um abandono) das teses do *Tractatus*. Neste texto, pretende-se, em primeiro lugar, evidenciar a natureza e as formas dessa transformação na obra de Wittgenstein, tomando como fio condutor o caso arquetípico das cores. Em segundo lugar, pretende-se analisar o posto que o tempo assume na linguagem fenomenológica de nosso autor. Com isso, objetiva-se contribuir igualmente para o entendimento das razões que levaram Wittgenstein a abandonar o projeto de uma linguagem fenomenológica.

Para que esses propósitos do presente texto possam ser corretamente apresentados, alguns passos terão de ser dados em seu decorrer. Dessa forma, primeiramente será preciso mostrar quais são as insuficiências do modelo do *Tractatus*, destacando a necessidade e as alterações decorrentes da adoção de um projeto distinto de filosofia. Com isso, destacam-se também alguns elementos de continuidade, fazendo da linguagem fenomenológica um ajuste, antes que um abandono completo da conceitografia tractariana. Em seguida, apresenta-se sumariamente o modo de funcionamento da linguagem fenomenológica. Por fim, discute-se o papel desempenhado pelo tempo na linguagem fenomenológica, sublinhando sua centralidade, a fim de, posteriormente, aquilatar a tese segundo a qual a *impossibilidade* de abordar adequadamente o fenômeno do tempo seria a razão mesma que levou Wittgenstein a descartar o projeto de uma linguagem fenomenológica, substituindo-a por uma gramática.

1 Necessidade e construção de uma linguagem fenomenológica

De fato, o *Tractatus-Logico-Philosophicus*, publicado em 1921, logrou chegar a uma formulação bastante interessante e profícua para a forma geral das proposições. O entendimento por parte de Wittgenstein das proposições estava amparado por uma concepção de figuração, conforme a qual uma proposição funciona como uma pintura, em que seus elementos são correlatos a constituintes de estados de coisas no mundo (objetos) e esses mesmos elementos se relacionam segundo regras de articulação. Parafraseando as proposições 2.14 e 2.141, a própria figuração consiste no fato de que os elementos da proposição estão relacionados entre si de uma determinada maneira. A forma geral da proposição, apresentada na proposição de número 6 do *Tractatus*, era composta, por sua vez, apenas pela variável proposicional (da qual se segue a série de proposições elementares ou atômicas), as variáveis para essas proposições e o único operador lógico pressuposto: a negação.

Para Wittgenstein, proposições complexas são formadas a partir de (e, portanto, podem ser analisadas em) proposições elementares, as quais, por sua vez, não podem ser analisadas e são necessariamente logicamente independentes. Quanto à sua independência lógica, Wittgenstein tinha em mente o fato de que elas não podem ser deduzidas umas das outras (ver proposição 5.134). Essa independência tem de ser pressuposta para que elas possam ser pensadas como não analisáveis e, por sua vez, era necessário que elas fossem pensadas como não analisáveis para que o processo de análise pudesse chegar ao fim.

Esse entendimento acerca da proposição e a noção de proposições elementares logicamente independentes são de suma importância para os desdobramentos posteriores da filosofia wittgensteiniana que serão analisados a partir de agora. No *Tractatus*, Wittgenstein atingiu essa formulação da forma da proposição, mas não realizou sua aplicação. Ora, será precisamente na aplicação dessa compreensão das proposições que alguns problemas surgirão, em especial no caso das cores, do espaço e do tempo. Com efeito, proposições ligadas a essas, nos termos de Wittgenstein, formas dos objetos (cor, espaço e tempo), não se deixam analisar por completo por meio de um modelo apriorístico como aquele desenvolvido por Wittgenstein em seu *Tractatus*. Faz-se necessário desse modo um instrumento alternativo para a consideração da multiplicidade lógica envolvida nesses casos. Esse instrumento será a linguagem fenomenológica.

Vejamos mais de perto a natureza e as razões para essa mudança de percurso. Wittgenstein apresenta ao público suas críticas ao modelo tractariano e à necessidade de sua reformulação pela primeira vez no opúsculo *Algumas Observações sobre a Forma Lógica*, de 1929. Neste texto, nosso autor defende que, a partir de então e ao contrário da intenção tractariana, “somente podemos chegar a uma análise correta através da assim chamada investigação lógica dos próprios fenômenos, ou seja, em certo sentido *a posteriori*, e não por conjecturarmos a respeito de possibilidades *a priori*” (WITTGENSTEIN, 2004, p. 58-59). Isto é, o modelo analítico deve agora incorporar o modo como empiricamente certos fenômenos são percebidos, inviabilizando uma análise lógica totalmente *a priori*, como pretendia o jovem Wittgenstein do *Tractatus*. Antes que se apresentem os motivos que levaram nosso autor a considerar essa mudança imprescindível, convém discutir a grandeza dessa ruptura com a filosofia anterior. De fato, houve uma alteração metodológica, mas, argumenta-se, o propósito geral da filosofia manteve-se intacto em suas principais diretrizes. Exemplarmente, na proposição tractariana 4.112, Wittgenstein afirma:

O fim da filosofia é o esclarecimento lógico dos pensamentos.

A filosofia não é uma teoria, mas uma atividade.

Uma obra filosófica consiste essencialmente em elucidações.

O resultado da filosofia não são “proposições filosóficas”, mas é tornar proposições claras.

Cumpra à filosofia tornar claros e delimitar precisamente os pensamentos, antes como que turvos e indistintos. (WITTGENSTEIN, 2008, p. 177).

Esclarecimento e elucidações do pensamento são a tarefa da filosofia, no *Tractatus*. Trata-se, de resto, de um esclarecimento *lógico* que visa a tornar claros pensamentos antes turvos, apresentando sua estrutura lógica em um simbolismo depurado das obscuridades e imperfeições da linguagem cotidiana. Ora, analisando a seguinte passagem do texto acima referido, *Algumas Observações*, vemos que esse propósito geral mantém-se idêntico:

A ideia é expressar em um simbolismo apropriado aquilo que na linguagem ordinária leva a mal-entendidos sem fim. Em outras palavras, onde a linguagem ordinária disfarça a estrutura lógica, onde permite a formação de pseudoproposições, onde usa um termo em uma infinidade de diferentes significados, devemos substituir por um simbolismo que forneça uma imagem precisa da estrutura

lógica, que exclua pseudoproposições, que use seus termos de maneira inequívoca. (WITTGENSTEIN, 2004, p. 58).¹

Somente se altera o fato já aludido acima de que será necessário, para uma análise correta, incorporar ao simbolismo lógico *a priori* a investigação *a posteriori* de determinados fenômenos, sem a qual Wittgenstein agora acredita ser impossível estabelecer a estrutura lógica de proposições acerca desses fenômenos. Continuando a passagem acima, Wittgenstein afirma: “por ora, somente podemos substituir o simbolismo impreciso [tractariano] por um mais claro, ao inspecionar os fenômenos que desejamos descrever, assim procurando entender sua multiplicidade lógica” (WITTGENSTEIN, 2004, p. 58). É precisamente esta a questão em jogo na crítica de Wittgenstein ao modelo do *Tractatus*: o simbolismo tractariano é incapaz de dar conta da multiplicidade lógica envolvida em proposições, por exemplo, acerca do tempo, do espaço e das cores. Estudando esses casos, ou ainda aplicando o modelo do *Tractatus* a eles, fica evidente a necessidade de uma reformulação.

Um exemplo, o das cores, será suficiente para mostrar como a aplicação da lógica acaba por minar alguns dos pressupostos envolvidos na forma geral estabelecida pelo *Tractatus*. Se construirmos uma proposição como a seguinte: “a é vermelho e a é verde” (A.B), veremos que a tentativa de analisá-la segundo a forma legada pelo *Tractatus*, isto é, buscando encontrar nela uma contradição de natureza *lógica*², fracassará. O que impede que “a” seja vermelho e verde ao mesmo tempo não é uma contradição lógica, como a que veta proposições como: “a é alto e a é baixo” (A'.B'), pois baixo (desconsiderando qualquer possível vagueza conceitual) significa não alto. Dessa maneira, a proposição A'.B' exprime na verdade A'.~A', isto é, uma contradição lógica. A e B, por sua vez, não sendo logicamente contraditórios, uma tabela de verdade que objetivasse analisar a possibilidade dessa contradição forneceria, em sua primeira linha (que toma tanto ‘a é vermelho’ quanto ‘a é verde’ como verdadeiras), o resultado verdadeiro, para a proposição composta analisada. Dessa forma, do ponto de vista lógico, não se trata de uma contradição. Entretanto, não é esse o modo real, factual como as coisas se dão. De fato, nós *fenomenologicamente* sabemos que, sendo vermelho, um objeto não pode ser verde (naturalmente sob o mesmo aspecto, no mesmo instante etc.). Assim, não por conta de uma contradição lógica, mas, por assim dizer, conforme os fenômenos observáveis, a conjunção deve ser excluída, pois se mostra fenomenologicamente impossível. Caso se queira forçar a busca de uma contradição na proposição A.B, então a linha superior da tabela de verdade deve naturalmente resultar em “VVF”. Entretanto, como diz Wittgenstein, em *Algumas Observações*, a análise dessa proposição em busca de uma contradição lógica leva a um contrassenso, “uma vez que a linha superior, “VVF”, fornece à proposição uma multiplicidade lógica maior do que aquela das possibilidades efetivas” (WITTGENSTEIN, 2004, p. 61).

Na verdade, quando dizemos que algo é verde já lhe imputamos ao mesmo tempo o fato de não ser vermelho. Dessa maneira, as cores fornecem um contra-exemplo a um traço fundamental ao modo como Wittgenstein compreende as

¹ Robert Noë afirma a este respeito: Wittgenstein’s central concern in 1929 and the years immediately following remains with the issues that lay at the heart of the *Tractatus*, e. g. the nature of linguistic representation, logic and logical necessity and the nature of logical analysis. It is one of the aims of this paper to show that the conception of phenomenology that appears in Wittgenstein’s writing of this period is consistent with these other enduring concerns. (NOË, 1994, p. 4).

² No sentido da lógica vero-funcional, presente no *Tractatus*.

proposições no *Tractatus*: proposições envolvendo cores não mais são vistas como logicamente independentes. Trata-se, prossegue nosso autor, de “uma deficiência de nossa notação lógica [que se faz na forma de Fa] ela não impedir a formação de tais construções, de tais contrassensos”, tais como a mencionada conjunção A.B (WITTGENSTEIN, 2004, p. 61). E se a forma da proposição mostra-se incapaz de lidar com esses casos, é preciso que se volte para a forma dos objetos (espaço, cor, tempo), precisamente o que a linguagem fenomenológica realiza.

Nesses casos, que põem problemas ao modelo de compreensão da linguagem e do pensamento apenas a partir da forma geral da proposição, Wittgenstein recorrerá à linguagem fenomenológica para abordar os fenômenos como eles se dão efetivamente. De fato, Wittgenstein passará a acreditar que somente por intermédio de uma “investigação lógica dos fenômenos pode-se descobrir a *multiplicidade* das formas lógicas de proposições”, como expressa Noë (1994, p. 7, [tradução do autor]), parafraseando um trecho citado mais acima.

Embora não seja a intenção principal deste texto, convém apresentar, mesmo que sumariamente, em que consiste essa linguagem fenomenológica. Já se mostrou em que ela se diferencia do simbolismo tractariano e quais os problemas que ela pretende solucionar. Em primeiro lugar, é preciso diferenciar fenomenologia de linguagem fenomenológica. Embora bastante relacionadas, a primeira é mais ampla, sendo a segunda nada mais que uma reformulação do simbolismo, que é por sua vez fenomenológica. Assim, quando, ainda em 1929, Wittgenstein decide abandonar o projeto de uma linguagem fenomenológica (algumas razões para isso serão discutidas adiante), ele não renuncia imediatamente à fenomenologia, podendo, por exemplo, ainda dizer que “fenomenologia é gramática”, conforme o título de uma seção do *Big Typescript*.

Com o termo fenomenologia, Wittgenstein tem em mente tudo o que diz respeito ao fenômeno, isto é, ao que é imediatamente dado na percepção sensível. Mais precisamente, trata-se do que se dá no espaço visual, em que os objetos se mostram imediatamente como borrões de cor localizados de determinada maneira no espaço e no tempo. A fenomenologia, além disso, tanto lida com os conceitos correlatos à percepção fenomênica quanto visa a fornecer as formas de acesso a esses dados imediatos, acesso esse que se mostrou impossibilitado para o simbolismo tractariano. Em conexão com a questão das cores discutida acima, Wittgenstein afirmará nessa época:

Parece haver cores simples. Simplesmente como fenômenos psicológicos. Eu preciso é de uma teoria psicológica das cores, não uma teoria fisicalista ou muito menos fisiológica. E, de fato, deve ser uma teoria das cores puramente psicológica, na qual há espaço apenas para o efetivamente perceptível e não se encontram quaisquer objetos hipotéticos – ondas, células, etc. (WITTGENSTEIN, p. 208, [tradução do autor]).

Sua fenomenologia deve envolver, portanto, uma teoria puramente psicológica das cores, e psicológica no sentido de referida às “vivências concretas de percepção e sua descrição”, como corretamente sustenta Wolfgang Kienzler (1994, p. 114, [tradução do autor]).

A fim de levar a cabo sua intenção fenomenológica, Wittgenstein planeja construir uma linguagem fenomenológica, que seria capaz, justamente como ele dizia acima, de fornecer uma “imagem precisa da estrutura lógica” das proposições

da linguagem cotidiana. Essa linguagem fenomenológica deve ser uma descrição precisa dos fenômenos captados pela percepção e deve limitar-se ao estritamente verificável (MS, 105, p. 108). Além disso, ela deve ser despojada de quaisquer hipóteses, contrariamente à tendência própria da linguagem cotidiana.

2 O tempo e o abandono da linguagem fenomenológica

Quando Wittgenstein chegou à composição das *Observações Filosóficas* de que dispomos hoje, o projeto de uma linguagem fenomenológica já havia sido abandonado. Isso pode ser depreendido já das primeiras linhas da I Observação. Ainda na primeira seção, Wittgenstein afirma: “agora já não tenho como objetivo a linguagem fenomenológica, ou a “linguagem primária”, como costumava chamá-la. Não mais a considero necessária” (WITTGENSTEIN, 2005, p. 38). No momento em que escreve esta I Observação, Wittgenstein não mais se dedica à elaboração de uma linguagem fenomenológica, porque não mais a considera *necessária* para sua filosofia da linguagem. O termo ‘necessária’ está destacado por conta de uma passagem, de poucos meses antes da citada acima, e contida no MS 107 (redigida no outono de 1929), em que Wittgenstein sustenta: “não mais a [a linguagem fenomenológica] considero possível” (MS 107, 2000, p. 205, [tradução nossa]). O trecho das *Observações* seria uma transposição desse trecho dos manuscritos póstumos com a pequena alteração (de possível por necessário) feita por Wittgenstein. Tendo em mente que um dos propósitos centrais deste texto é contribuir para o entendimento das razões que levaram Wittgenstein a abandonar sua linguagem fenomenológica, torna-se de extrema importância delimitar em que medida essa linguagem primária, como o autor por vezes a denomina, é possível, realizável e necessária. Isto é, trata-se de descobrir se ela é mesmo intrinsecamente impossível, se apenas o autor a considerou momentaneamente impossível corrigindo posteriormente seu julgamento a esse respeito, ou ainda se ela é impossível apenas em um determinado sentido e não em outros. Em suma, abandonou Wittgenstein a linguagem fenomenológica porque ela se lhe mostrou (correta ou incorretamente) impossível, ou meramente porque não mais a julgava necessária?

Bento Prado Neto, em seu livro *Fenomenologia em Wittgenstein*, defendeu que o projeto de uma linguagem fenomenológica era realmente impossível e que esta impossibilidade se revelava, sobretudo, no caso do tempo, entendido como uma forma dos objetos. A seguir são reproduzidos alguns de seus argumentos centrais em favor dessa tese.

Os principais aspectos da argumentação de Prado Neto giram em torno da VII Observação, mais especificamente da questão da memória. Nessa Observação, Wittgenstein propõe a análise de alguém que tenha memória plena de todo o seu passado. Em seguida, ele tentaria descrever seu passado completamente, o que Wittgenstein pergunta se seria realizável sem pressupor nenhum tipo de hipóteses (uma ambição da fenomenologia). Ele concede a possibilidade de uma descrição completa não hipotética, mas em seguida pergunta: e se releio a descrição, estaria agora livre de hipóteses? A resposta é não. Bento Prado Neto explica da seguinte forma os pontos acima: quando faço uma descrição de algo presente à minha memória, assim como quando experimento algo pela primeira vez, crio para mim uma imagem (um quadro) que representa a coisa experimentada/recordada (paisagem). Nesses casos, sei imediatamente qual imagem deve ser comparada a

qual paisagem, porque a imagem foi produzida na descrição da paisagem correspondente. Nas palavras de Prado Neto,

O que me é dado, em cada momento, é *um* quadro e uma paisagem, mas, para que faça sentido efetuar a comparação, eu preciso de mais que isso: eu preciso saber que este quadro *pretende descrever esta paisagem* (e não outra). E é exatamente esse problema que parece não surgir no momento da *produção* da descrição por cópia: nesse momento, a correlação parece instituir-se por simultaneidade [...], visto que o que define o quadro que vai descrever uma determinada paisagem é justamente a sua produção “simultânea”, a sua “simultaneidade” à recordação daquela paisagem. Dada esta pergunta, que paisagem este quadro aqui presente pretende descrever, a resposta vem imediatamente: é *esta* paisagem, também aqui “presente”. Mas quando eu considero essa mesma proposição fora do contexto de sua produção, se eu posso efetivamente relê-la (e não efetuar uma *nova* descrição, novamente copiando simultaneamente o que me aparece na memória), o fato de que um determinado quadro seja “simultâneo” a alguma paisagem já não tem mais a função de *instituí-lo* como representação dessa paisagem, e essa “simultaneidade” já não pode, por si mesma, servir como critério dessa destinação. (PRADO NETO, 2003, p. 89-90).

No momento da releitura ou da verificação, portanto, entra um elemento hipotético, que determina que a paisagem a ser comparada com o quadro de que disponho é também este “aí à frente”. Isto é, o quadro não oferece por si sua destinação. Ou ainda, como arremata Prado Neto, “a imagem pode especificar tudo [...] menos a individuação temporal de seu objeto: é isto que, embora o entendamos ao ler a proposição [...] ‘não pode ser descrito pela proposição’” (WITTGENSTEIN *apud* PRADO NETO, 2003, p. 91).

Mantendo em mente a pressuposição didática de Wittgenstein de alguém capaz de lembrar-se da totalidade de seu passado, Prado Neto prossegue dizendo que me lembro perfeitamente da ordem em que os *sinais* de uma determinada proposição passada ocorreram. Com isso, contudo, não estou apto a reproduzir essa proposição, pois me recordo dos sinais, mas não a que fatos passados a proposição se associava. Ou ainda, posso me lembrar dos sinais, mas não do modo como os interpretava. Se me recordo, portanto, daquilo que foi *sinalizado* por esses sinais, isto é, da paisagem retratada no quadro, posso correlacionar esse outrora sinalizado com um novo sinal, fazendo uma nova correlação. Somente não posso presentificar a correlação passada, a qual é um fato lógico, relembra Prado Neto (2003). Apenas sou capaz de projetar *um* sinal presente ao passado por vez. Trata-se de uma representação quadro a quadro do passado.

Diante do fato de que a representação e a memória funcionam dessa maneira, isto é quadro a quadro, estou a cada instante frente a somente um quadro e nada me diz como devo interpretá-lo, ou seja, associá-lo a uma paisagem. O argumento de Prado Neto prossegue então: “eu estabelecera uma correlação no momento em que produzira a descrição; no momento de relê-la, sou obrigado a *um novo ato de arbítrio*” (PRADO NETO, 2003, p. 94). Esta arbitrariedade colocado um problema no caso do tempo, compreendido como uma determinação formal dos objetos. De fato, o ordenamento de imagens na linha do tempo é necessário para que duas imagens iguais possam ser diferenciadas. Uma antecede, necessariamente, à outra. “Há uma *ordem* do tempo da memória, do tempo do dado,

que é, aliás, uma ordem interna, necessária” (PRADO NETO, 2003, p. 94-95). O autor finaliza seu argumento contra a capacidade da linguagem fenomenológica de dar conta da forma do tempo sustentando que a determinação temporal, isto é, o fato de que imagens se organizam em uma ordem temporal, não é algo que deva ser nomeado (que poderia, portanto, ser submetido à arbitrariedade, assim como os nomes), mas algo a ser descrito, o que a proposição não é capaz de realizar.

A argumentação de Prado Neto é bastante complexa e envolve a aceitação de diversos passos possivelmente problemáticos. Não pretendo aqui nem combatê-la, nem comprometer-me com ela. Limito-me a dizer o seguinte: o autor sustenta que a linguagem fenomenológica de Wittgenstein é incapaz de dar conta da complexidade do dado fenomênico temporal, isto é, do tempo fenomenológico. Ora – e essa é a hipótese que pretendo defender até ao final do texto – os contextos em que Wittgenstein afirma que a linguagem fenomenológica é impossível ou absurda, ou mesmo desnecessária, *são contextos em que se exige de uma filosofia do tempo mais do que meramente dar conta do tempo fenomenológico*.

Wolfgang Kienzler corretamente afirma:

A fenomenologia deveria lidar bem menos com forças, medidas e cumprimentos do que com os fenômenos percebidos, como estes se oferecem ao olho humano. De fato, em quase todos os textos tardios, Wittgenstein emprega a expressão [fenomenologia] em relação à percepção, com o que ele frequentemente opõe o sentido físico-euclidiano das palavras ao sentido fenomenológico-geométrico-visual das mesmas. (KIENZLER, 1997, p. 112, [tradução do autor]).

De fato, Wittgenstein frequentemente se esforça por demarcar as (complexas e sutis) diferenças entre seu projeto fenomenológico e a física. Isso vale sobremaneira para a linguagem fenomenológica. Neste contexto, fala-se, mantendo a referida oposição, de tempo físico e tempo fenomenológico.

Retomando as críticas de Wittgenstein à linguagem fenomenológica contidas em seus manuscritos, temos que para nosso autor, essa linguagem seria impossível (MS 107, p. 205). Além disso, algumas páginas antes, Wittgenstein havia escrito outra passagem que parece corroborar a ideia da impossibilidade da linguagem fenomenológica. Em MS 107, p. 179, ele afirma:

A aceitação de que uma linguagem fenomenológica seria possível, somente a qual, na verdade, diria o que nós na filosofia devemos (queremos) exprimir é, acredito, absurda. Nós temos de nos haver com nossa linguagem cotidiana e somente compreendê-la corretamente. (MS 107, p. 179).

Ora, já nessa passagem torna-se evidente que a crítica à linguagem fenomenológica se dirige não ao fato de que ela é falha, por alguma razão interna, mas sim à necessidade de se compreender a linguagem cotidiana, o que a linguagem fenomenológica não faz e por isso é absurda. Na verdade, a linguagem fenomenológica se opõe à cotidiana, sendo por vezes chamada de primária, à diferença da última que seria a secundária, de cujas imprecisões a primeira almeja estar desprovida. A seu turno, a linguagem cotidiana, diferentemente da fenomenológica, é, conforme destacam corretamente Hintikka & Hintikka (1994, p. 189 e ss.), fisicalista. De fato, para a gramática wittgensteiniana desenvolvida nas *Observações*, isto é, para as regras gramaticais que organizam a linguagem cotidiana, não mais vale a oposição com as proposições da física. Nas palavras de

Wittgenstein, na II Observação: “as proposições da nossa gramática são sempre do mesmo tipo que as proposições da física e não do mesmo tipo que as proposições ‘primárias’ que tratam do que é imediato” (WITTGENSTEIN, 2005, p. 43), ou seja, as proposições fenomenológicas.

Com isso, atinge-se o último passo da argumentação. Em sua V Observação, Wittgenstein compara os fatos da experiência imediata, isto é, os dados fenomênicos, com as imagens projetadas em uma tela e os fatos da física com imagens da tira de filme, e prossegue afirmando que “há nesta última uma imagem presente e imagens futuras e passadas. Mas na tela há somente o presente” (WITTGENSTEIN, 2005, p. 67). Na fenomenologia dos dados imediatos, comparada à tela, há somente o presente, seja na forma de um futuro pré-formado, seja na forma de memórias presentes do passado. É dessa natureza o tempo fenomenológico. Contrariamente, o tempo da física é análogo à tira de filme, contendo passado, presente e futuro. Com isso, alude-se ao fato físico de que tudo flui, o qual é parte da natureza do mundo e, por isso mesmo, não pode ser expresso pela linguagem. Nas palavras de Wittgenstein, “a linguagem só pode dizer as coisas que também podemos imaginar de outra maneira. O fato de tudo fluir tem de ser expresso na aplicação da linguagem” (WITTGENSTEIN, 2005, p. 68). Mais abaixo, ele prossegue, arrematando o argumento que se pretende trazer aqui:

Mas a natureza da linguagem é uma imagem [figuração] da natureza do mundo, e a filosofia, na qualidade de depositária da gramática, pode de fato entender a natureza do mundo, não somente nas proposições da linguagem, mas em regras para essa linguagem que excluam combinações de signos que resultem em contrassensos. (WITTGENSTEIN, 2005, p. 69).

A filosofia, advogada agora por Wittgenstein, é capaz de entender a natureza do mundo. Ela pode compreender que tudo flui, compreender o tempo da física, por meio das regras gramaticais de aplicação da linguagem. Essa capacidade de que dispõe a gramática filosófica de então entender o tempo da física, associada à necessidade mesma de fazê-lo, isto é, de voltar-se para a linguagem cotidiana (a qual é por sua vez fisicalista), marcam definitivamente o contraste face ao projeto anterior de uma linguagem fenomenológica. Isso parece confirmar a hipótese aventada acima de que, nas críticas citadas, trata-se de contextos em que se exige de uma filosofia do tempo mais do que meramente dar conta do tempo fenomenológico.

Provavelmente, aliás, foi por essa razão que Wittgenstein resolveu substituir no texto do MS 107 a palavra “necessária” pela palavra “possível”, que aparece na I Observação. Com efeito, à linguagem fenomenológica não era *possível* exprimir o tempo físico tal como sua mais nova filosofia pretendia fazer. Se de fato não era *possível* à linguagem fenomenológica, além disso, exprimir o tempo fenomenológico (como sustenta Prado Neto) parece-me algo secundário e que apenas acrescentaria mais um sentido ao termo ‘possível’ que figura no MS 107. Central mesmo é que não era mais preciso, não era *necessário*, enfim, não mais era útil à filosofia de Wittgenstein elaborar uma linguagem fenomenológica, razão pela qual o termo mais adequado – “necessária” – aparece no texto das *Observações*.

Os motivos mais importantes que realmente conduziram Wittgenstein a abandonar a linguagem fenomenológica, para os quais apenas aponto (seu desenvolvimento foge ao escopo deste texto), parecem-me estar relacionados a

uma mudança profunda no entendimento wittgensteiniano do que seja a filosofia. Nesse sentido, o abandono não se deixa compreender analogamente à adoção da linguagem fenomenológica, isto é, como uma adequação tomada como necessária tendo em vista problemas percebidos na formulação anterior das teses filosóficas centrais. Não se trata aqui de uma reformulação que parte de insuficiências teóricas pontuais a serem sanadas (como a fenomenologia impôs à conceitografia tractariana). A fonte para a filosofia posterior agora não está na anterior. A filosofia pós-linguagem fenomenológica é, esta sim, uma ruptura com o modelo do *Tractatus*, com propósitos, pontos de partida e ambições alterados. A filosofia modificou-se enormemente e seu modelo teórico não pode permanecer o mesmo.

Conclusão

A intenção deste texto era dupla. Por um lado, pretendia-se mostrar as razões que levaram Wittgenstein a se engajar em um projeto de linguagem fenomenológica, bem como apresentar alguns elementos dessa linguagem. Isso foi realizado tomando como referência o caso das cores e a insuficiência no modelo tractariano que a consideração das cores acarreta. Por outro lado, tencionou-se refletir sobre o papel do tempo na linguagem fenomenológica e, em especial, em seu subsequente abandono por parte de Wittgenstein.

Quanto ao segundo momento do texto, a questão da possibilidade da linguagem fenomenológica refletir o tempo e a temporalidade inerente aos fenômenos foi debatida. Argumentou-se que, apesar de o tempo ser uma dimensão central que deva ser abarcada pelas considerações filosóficas, as passagens em que Wittgenstein apresenta suas objeções contra a linguagem fenomenológica não têm o propósito primeiro de julgar esta linguagem como incapaz de refletir o tempo fenomenológico, mas sim caracterizá-la como obsoleta para a filosofia que ele inicia a desenvolver então. Toda a ideia de uma linguagem fenomenológica, de uma linguagem primária e privilegiada, é abandonada, e isso não porque ela não seria capaz de refletir o tempo fenomenológico, mas porque todo o projeto filosófico mudou e trata-se, entre outras coisas, por exemplo, de abarcar o tempo físico. Dessa forma, acredito ter contribuído, mesmo que primordialmente de modo negativo (isto é, retirando a importância da questão do tempo), para um entendimento melhor das razões que levaram Wittgenstein à renúncia do projeto de uma linguagem fenomenológica.

* * *

Referências

- HINTIKKA, J.; HINTIKKA, M. *Uma investigação sobre Wittgenstein*. Tradução de Enid Abreu Dobránszky. Campinas: Papirus, 1994.
- KIENZLER, W. *Wittgensteins Wende zu seinem Spätphilosophie: 1930-1932*. Frankfurt: Suhrkamp, 1997.
- NOË, R. Wittgenstein, phenomenology and what makes sense to say. In: *Philosophy and phenomenological research*, 1994. (vol. 54).

PRADO NETO, B. *Fenomenologia em Wittgenstein: tempo, cor e figuração*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.

WITTGENSTEIN, L. Algumas observações sobre a forma lógica. In: *Contextura*, 2004. (n. 1).

_____. *Observações filosóficas*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____. *Tractatus logico-philosophicus*. 3. ed. Tradução de Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: EDUSP, 2008.

WITTGENSTEIN, L. *Wittgenstein's Nachlass: the bergen electronic edition*. Oxford: Oxford University Press, 2000.